

## Direito Eleitoral

### Autor(res)

Cinthy Batista Ferreira  
Marcus Antônio De Souza Macedo Maestre  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Felipe De Almeida Campos  
Luciana Calado Pena

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

O Direito Eleitoral é uma área fundamental do Direito que abrange as normas e princípios que regem os processos eleitorais em nosso país. É por meio do Direito Eleitoral que são estabelecidos as regras para as eleições, garantindo a legitimidade, transparência e lisura do processo democrático. Este código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, principalmente os de votar e ser votado. Todo poder emana do povo e será exercido, em seu nome, por mandatários escolhidos, direta e secretamente, dentre candidatos indicados por partidos políticos nacionais previstos na constituição.

### Objetivo

Com o objetivo de promover a educação cívica e fortalecer a democracia, o Direito Eleitoral desempenha um papel crucial na formação de uma sociedade mais consciente e participativa. Ao conhecer os cidadãos podem exercer plenamente a sua cidadania e contribuir para o desenvolvimento do país.

### Material e Métodos

O Direito Eleitoral é ramo do Direito Público que se dedica ao estudo e regulamentação das normas que regem o processo eleitoral em um país.

Ele abrange um conjunto de regras e princípios que disciplinam desde a organização das eleições até a apuração dos resultados, garantidos a legitimidade, transparência e regularidade do exercício do Direito de voto e do funcionamento dos órgãos eleitorais em plena isonomia.

### Resultados e Discussão

A competência para legislar sobre Direito Eleitoral é exclusiva da União, conforme estabelece a Constituição Federal.

Isso significa que somente a União, por meio do congresso Nacional, tem o poder de criar leis que regem as

eleições ,os partidos políticos ,o funcionamento da justiça Eleitoral e outros aspectos relacionados ao processo eleitoral.No entanto ,é importante destacar que existem situações em que a competência legislativa pode ser compartilhada entre a União ,os Estados e os Municípios ,o que caracteriza uma concorrente.

### **Conclusão**

No entanto somente a União por meio do congresso Nacional ,tem o poder de criar leis que regem as eleições ,os partidos políticos ,o funcionamento da justiça Eleitoral e outros aspectos relacionados ao processo eleitoral.

### **Referências**

ABBOUD,Geoges .Processo constitucional brasileiro.

Conceito e validade do direito .São Paulo :WMF Martins Fontes .